

### Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião realizada em 18 de janeiro de 2021, pelas 11h00, via Plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da reunião anterior;
3. Plano de atividades 2021;
4. Estado da Educação 2019 (Edição 2020) – Que recomendações?
5. Tema central do Estado da Educação 2020 (Edição 2021)
  - Desigualdades;
  - Educação para a cidadania;
  - Digitalização na educação.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, a Conselheira Joana Brocardo e os Conselheiros Bártole Paiva Campos, João Cravinho, Pedro Lourtie, Rui Canário e Sérgio Niza.

A Presidente saudou os presentes e solicitou uma pequena alteração à ordem de trabalhos, propondo que se iniciasse com a aprovação do relato da reunião anterior, seguindo-se depois a restante agenda.

Não tendo havido discordância, a presidente colocou a apreciação a proposta de relato da reunião anterior, que foi aprovada, mantendo-se o prazo de uma semana para comunicação de eventuais alterações.

No ponto Informações, a Presidente comunicou aos conselheiros que a impressão do relatório *Estado da Educação 2019* (edição de 2020) tinha sido suspensa, devido a casos de Covid na empresa contratada para o efeito. Dos 100 exemplares entregues, foi já feita a distribuição na Assembleia da República e a membros do Governo. Referiu ainda que a audição na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto estava em fase de agendamento, podendo ter lugar na próxima semana. Mencionou que as recomendações do CNE, recentemente aprovadas, continuavam a ter eco na comunicação social, nomeadamente a da *Cidadania e educação antirracista*, através da Conselheira Isabel Menezes, que tem recebido convites para algumas entrevistas, e a do *Acesso ao ensino superior e a articulação com o ensino secundário*, que motivou um artigo de opinião do Conselheiro Pedro Lourtie, publicado no Público *online*, em 8 de janeiro de 2021. Informou que estavam no prelo duas publicações do CNE, a *Pareceres e Recomendações 2020* e a *Os Direitos Humanos hoje: 70 anos da Declaração Universal*. Comunicou que o CNE é parceiro num projeto sobre como avaliar os conhecimentos em Matemática e Ciências dos alunos imigrantes na Europa, da responsabilidade de uma entidade grega e que será desenvolvido igualmente por um grupo de investigação do IP do Porto. Enunciou algumas iniciativas externas em que tem participado,

nomeadamente do GILM e da RBE, na Comissão de Ética do ISCTE e como Presidente do Júri do POCH, e referiu que o CNE irá realizar um *webinar* sobre a produção escrita na escola., em finais de fevereiro.

À questão colocada pela Presidente sobre se consideravam que o CNE devia assumir uma posição sobre o encerramento das escolas, os conselheiros foram unânimes na ideia de que se tratava de uma decisão política, apoiada em pareceres das entidades de saúde, sobre a qual, aliás, não havia consenso, nem posições iguais a nível mundial, não cabendo ao CNE pronunciar-se sobre o assunto. A preocupação do CNE, deve centrar-se, numa fase posterior, na análise do impacto do confinamento nas aprendizagens, iniciando uma recolha e sistematização de informação. para uma eventual publicação no futuro.

Sobre o relatório *Estado da Educação 2019* (edição de 2020), o Conselheiro João Cravinho elogiou o documento relevando a informação rigorosa e o bom tratamento gráfico, que facilita a visualização do essencial. Referiu que se devia continuar a chamar a atenção para o investimento em educação, uma vez que necessariamente se irá assistir a uma fase de austeridade e que o efeito da “bazuca” só será impactante na educação, caso supere a quebra de investimento dos últimos anos, que é, a preços constantes, muito superior à mera comparação dos montantes, uma vez que também ela irá motivar um aumento de custos, a nível de estruturas e organização. Salientou igualmente a questão da educação ao longo da vida e da requalificação profissional, cada vez mais importantes e prementes.

O Conselheiro Bárto Paiva Campos considerou excelente o dossier do ensino profissional e é de opinião que, na Assembleia da República, mais importante do que apresentar os dados do relatório, lhe parecia essencial chamar a atenção para a relevância desses dados e para esta questão do orçamento da educação.

O Conselheiro Sérgio Niza destacou a dimensão do relatório, como um aspeto negativo, questionando se os textos de autores que o integram não poderiam constituir uma publicação independente do relatório. Sugeriu, por isso, uma reflexão sobre uma reorganização do documento e sobre se devia ter um tema específico e qual.

Sobre esta questão houve um debate superveniente, tendo os conselheiros concordado sobre a dimensão do relatório, embora a ideia da publicação “à parte” não tenha sido consensual, sugerindo-se uma possível síntese dos textos para integrar o documento, mas que também não ficou acordado.

Para o relatório *Estado de Educação 2020*, foi unânime que a temática das desigualdades seria a mais relevante, uma vez que sobressaíram e aumentaram durante a pandemia. Os conselheiros são de opinião, no entanto, que estas não estão dissociadas das tecnologias, cuja escassez provocou o seu agravamento, pelo que o tema da digitalização da educação não poderia ser esquecido. Foi referido igualmente que a questão da digitalização está presente na programação da Presidência Portuguesa da União Europeia, pelo que faria sentido perceber se havia alguma iniciativa no âmbito da Educação sobre o assunto. A Presidente informou que o CNE está a pensar organizar, no final do ano, uma conferência sobre esta matéria, caso seja possível fazê-lo em regime presencial, que poderá contar com a colaboração do CCB.

Quanto ao Plano de Atividades para 2021, a Conselheira Joana Brocardo referiu que gostaria que a 1ª Comissão se debruçasse sobre a aprendizagem da leitura, que considera uma questão preocupante, atualmente, preconizando mesmo um plano nacional de emergência para a aprendizagem da leitura. O Conselheiro Sérgio Niza observou que se tratava de um tema sensível e muito controverso, pelo que o CNE teria de assumir se queria abrir uma “guerra”, sugerindo que se deveria refletir mais sobre o assunto.

O adiantado da hora não permitiu a continuação do debate, pelo que a Presidente pediu aos conselheiros que enviassem, por *email*, as propostas que tinham para o plano de atividades, e agendou uma nova reunião para o próximo dia 29 de janeiro, pelas 10h30.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.